

Roda da Fortuna
Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo
Electronic Journal about Antiquity and Middle Ages

Juliana Bardella Fiorot[1]

Política e Sociedade no reino suevo do século V: o testemunho de Hidácio de Chaves

Politics and Society in the suebian kingdom in the 5th century: the testimony of Hydatius of Chaves

---

Resumo:
Neste artigo apresentaremos um breve panorama das ações políticas e sociais desenvolvidas pelo reino suevo em seu momento inicial de assentamento na Galiza do século V. Para empreendermos nossa análise, utilizaremos a *Crônica* de Hidácio, bispo de Chaves, que relata os principais acontecimentos ocorridos no contexto hispânico durante os anos de 379 a 469. Através da visão sustentada pelo religioso para o entendimento do período, seremos capazes de perceber como alguns pactos efetuados entre suevos, romanos e os grupos populacionais locais seriam determinantes para o processo de legitimação da Monarquia que buscava a fixação de suas fronteiras territoriais, bem como o reconhecimento de sua autoridade.
Palavras-chave:
Monarquia sueva; Política; Sociedade.

Abstract:
In this article, we present a brief overview about political and social actions developed in the suebian kingdom in its initial moment of settlement in the Galicia of 5th century. To carry out our analysis, we will use the *Chronicle* of Hydatius, bishop of Chaves, that reports the main events in the hispanic context during the years of 379 to 469. Through the vision sustained by the religious for the understanding of the period, we will be able to realize how some pacts covenants made between suebi, romans and local population groups would be decisive for the process of legitimizing the Monarchy that sought to establish its territorial borders, as well as the recognition of its authority.
Keywords:
Suebian Monarchy; Politics; Society.

---

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Assis) sob orientação do Prof. Dr. Ruy de Oliveira Andrade Filho. E-mail: julianabfiorot@gmail.com

Introdução

Ao analisarmos mais detidamente a historiografia que aborda o assentamento e organização dos suevos[2] ao longo do século V, notamos que não há um consenso entre os autores[3] sobre como tal processo teria se efetuado. Quanto às fontes arqueológicas, estas se mostram extremamente escassas não fornecendo possibilidades de estudo substanciais se verificadas isoladamente. Desta forma, a *Crônica* de Hidácio[4] configura-se, neste contexto, como uma importante obra para o estudo deste reino, haja vista que o relato contempla um período (379-469) de grandes transformações na Hispânia, além de referências cruciais a respeito das ações suevas que receberam destaque em sua narrativa tornando-se, assim, um documento frutífero para os historiadores que se dedicam a este objeto. Cumpre-nos salientar que a forma como esta fonte fora concebida está inserida em uma tradição de escrita da história iniciada com Eusébio de Cesareia e Jerônimo de Stridon[5], uma vez que o bispo de Chaves toma para si a responsabilidade de ser o continuador destas obras que exerceram sobre ele uma grande influência, como o próprio afirma em seu prefácio[6].

---

[2] Os suevos teriam penetrado na Península Hispânica no ano de 409, tendo sobrevivido do saque por um longo período, o que dificultou a fixação em um território. Relegados as zonas mais pobres do Noroeste, com centro em Braga, expandiram seus territórios desde o Oeste ao Sul com seus primeiros monarcas. Entretanto, após um período de estabilidade e governança dos monarcas suevos na Hispânia Setentrional, o reino sofre o ataque de Leovigildo, soberano visigodo, que em 576 tenta unificar os territórios hispânicos sob o credo ariano. Assim o reino suevo cai em mãos visigodas. A partir de então, podemos considerar o fim do reino com a anexação de seu último território ao reino visigodo em 585.

[3] Sobre a historiografia do reino suevo destacamos as seguintes obras de referência: Díaz, P. (2011). *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Ediciones Akal; Reinhart, W. (1952). *Historia General del Reino Hispânico de los Suevos*. Madrid: Publicaciones del Seminario de História Primitiva del Hombre; Torres Rodríguez, C. (1977). *Galícia Sueva*. La Coruña: Fundación "Pedro Barrie de La Maza Conde Fenosa". Instituto "P. Sarmiento" de Estúdios Gallegos.

[4] As informações conhecidas a respeito da biografia de Hidácio são aquelas que o próprio bispo de Chaves nos revela quando se coloca em sua *Crônica* em algumas passagens. Sendo assim, não nos é informado seu ano de nascimento e local exato de origem, contudo sabemos pelo próprio autor que por volta do ano de 403 esteve na Palestina juntamente com seus familiares. Nesta ocasião teve contato com figuras conhecidas, como Jerónimo de Stridon (347-420). Em 416 retorna à Galiza e decide seguir carreira na vida religiosa. É nomeado bispo de Chaves em 427. Acredita-se que tenha falecido por volta do ano de 469, o que explicaria o término de sua obra neste período.

[5] Eusébio (270-339/340), conhecido como pai da história da Igreja, foi bispo de Cesaréia e atingiu reconhecimento não somente devido a sua atuação como religioso, mas pela produção de sua *História Eclesiástica*. Trata-se de escritos redigidos em grego que se dedicaram a relatar a formação do cristianismo primitivo e que serviriam de base ao processo evangelizador durante toda a Antiguidade Tardia e Idade Média. Jerônimo de Stridon (347-420) tem atuação reconhecida como teólogo e historiador por dedicar-se a feitura de escritos hagiográficos, epístolas e sua crônica (*Temporum liber)* que abarcava a narração dos fatos de 325 a 379.

[6] "Todavia, uma vez que o relato cronológico se desenrola até ao decurso dos nossos dias, como nos ensina a leitura dos textos que precedem o nosso, e já que o pergaminho com a crônica de Jerônimo caíra nas mãos de

Contudo, destacamos que apesar de Hidácio ter vivenciado a maioria dos fatos relatados, seu testemunho é construído sobre uma perspectiva apocalíptica na qual os povos germânicos recém-chegados são retratados de forma negativa e sempre associados a acontecimentos funestos. As intenções do autor como produtor de um relato histórico seria relegar às gerações posteriores a ideia de que as levas germânicas foram as responsáveis por inúmeros acontecimentos que, em sua visão, levaram a perda de civilidade de um mundo que garantia a ordenação de seu cosmos. Assim sendo, através de sua obra, os futuros leitores estariam cientes de como este período de transformações fora processado. Vejamos no fragmento abaixo como o religioso narra a entrada dos germanos na Hispânia:

> Enquanto por toda a Espanha os bárbaros se entregam a bacanais e, por outro lado, a epidemia da peste não faz menores devastações, as riquezas e os víveres armazenados nas cidades são esbulhados pelo tirânico coletor de impostos. E as hordas da militância encarregam-se de tudo malbaratar. Grassa uma fome medonha a tal ponto que, sob o acicate da fome, carne humana é devorada por carne humana. E até as mesmas mães tomam por pascigo os corpos daqueles que elas próprias geraram, matando-os e cozendo-os em seguida. Os animais selvagens e ferozes, acostumados aos cadáveres dos que morriam pelo ferro, pela fome e pela peste, matam os homens, ainda os mais fortes, e, alimentados pela sua carne, por toda a parte se entregam ao extermínio do gênero humano. E dest'arte, pelas quatro pragas, a saber: ferro, fome, peste e feras, seviciados por toda a parte no mundo inteiro, se cumprem os avisos anunciados pelo Senhor através dos seus profetas (*Crónica*, 1982: 13).

Para Hidácio os bárbaros são vistos como anunciadores de uma nova época marcada por episódios com fins catastróficos. Em sua *Crônica*, todos os fatos ruins que culminariam em diversos tipos de desgraça, tais como a derrocada final do Império, economia decadente, pestes, eclipses, tempestades, saques e o sofrimento humano, teriam sido ocasionados pelos germanos cujas ações foram condenadas pelo bispo. Esta aura negativa sintetiza o imaginário do autor sobre as circunstâncias em que está inserido, refletindo o pensamento da instituição a qual pertence. Assim sendo, deixamos claro que nortearemos nossa análise pelo escrito produzido pelo bispo de Chaves pela sua relevância neste cenário, todavia teremos sempre em mente o fato de que a *Crônica* é uma construção discursiva elaborada com intenções determinadas, repleta de exageros e alguns esquecimentos intencionais.

Neste estudo nos deteremos especificamente sobre o processo de assentamento dos suevos em uma perspectiva política e social, portanto as relações

pessoas atentas aos acontecimentos, acudiu ao espírito do ignorante que sou, ainda com uma processologia desigual, também deixar-me guiar, por aquilo que eu conhecia, as pegadas de escritos que a Jerônimo precederam. Posto que meu espírito tivesse a intenção de permanecer fiel a tais relatos, quer se aproveitando do labor de historiadores precedentes quer do testemunho de alguns tantos quer ainda do acúmulo de informes ao longo da nossa já digna de lástima existência, logramos conhecer aquilo que se segue" (*Crónica*, 1982: 04).

mantidas entre este povo e a esfera religiosa ficarão em segundo plano. A fim de situá-los espacialmente, iniciaremos nossa análise com a menção de Hidácio acerca da divisão de terras feita entre os germanos recém-chegados à Península. Segundo o religioso, estes povos teriam adentrado ao território hispânico por volta de 409 repartindo o território entre si através de um sorteio após dois anos de saques contínuos e de um perambular sem conseguirem fixar-se em um local determinado:

> [...]os bárbaros, havendo-se convertido com o objetivo de estabelecer a paz pela misericórdia do Senhor, tiram sortes sobre as regiões das províncias e dividem-nas entre si para aí habitarem. Os Vândalos ocupam a Galiza; os suevos, a região situada no extremo ocidental do mar Oceano; os Alanos ocupam as províncias da Lusitânia e da Cartaginense; aos Vândalos, denominados Silingos, cabe-lhes em sorte a Bética (*Crónica*, 1982: 13)

Aos suevos coube o controle das terras situadas no extremo ocidente da Península, o que lhes garantiria uma identificação com Braga, escolhida posteriormente como sede da Monarquia. Todavia, apesar de Hidácio esclarecer como o reparto das terras transcorreu, o processo de assentamento deste povo após o sorteio permanece uma lacuna. Pablo C. Díaz expõe este assunto:

> A indefinição das fontes literárias e a ausência de elementos de identificação arqueológica tornam praticamente impossível conhecer onde e qual o sistema de assentamento viveram os suevos nas primeiras décadas após sua chegada à Galiza. Os escassos testemunhos apontam uma instalação urbana, especialmente no território de Braga, na qual puderam ter ocupado praças fortes estratégicas em suas imediações[...] (Díaz, 2014: 81)

Como já apontamos, a *Crônica* pode ser considerada a fonte de maior importância para o estudo da Hispânia e especificamente da Galiza sueva no século V. Entretanto, o problema citado por Pablo C. Díaz no fragmento acima faz-se presente no texto do bispo. Apesar de noticiar os acontecimentos durante um período de noventa anos, Hidácio não se atém à totalidade dos fatos ocorridos no contexto hispânico selecionando aqueles que acredita serem os mais relevantes e que endossarão seus argumentos sobre uma atmosfera de fins dos tempos. Isso posto, os suevos ressurgem no escrito apenas dez anos após a primeira menção relativa ao sorteio das terras, sendo assim nada sabemos sobre a trajetória destes "invasores" durante esta lacuna temporal. Em 419 as notícias retornam quando o religioso menciona ser Hermerico o rei dos suevos. A forma como tal fato é anunciado na fonte deixa subentendido a possibilidade de Hermerico já ser governante na mesma época de entrada destes germânicos na Península. Se assim tiver ocorrido, seu reinado teria se estendido durante os anos de 409 a 441, quando foi substituído por seu filho Réquila (438-448), acontecimento que é narrado na *Crônica*.

A partir de 419 os suevos reaparecerão de forma esporádica no escrito do bispo, quando Hidácio relatará alguns acordos efetuados envolvendo os reis suevos, o Império Romano e as populações galegas. Nos ocuparemos destas questões a partir de agora.

As relações entre os suevos e o Império Romano: acordos territoriais

Quando analisamos os fragmentos nos quais Hidácio expõe as relações estabelecidas entre os suevos e os romanos encontramos algumas características peculiares no fornecimento das informações. O detalhamento destas oscilam de simples menções a parágrafos mais complexos. Sabemos que a *Crônica* não abrange exclusivamente o contexto galego, sendo evidente a preferência do bispo em narrar fatos que considera mais relevantes, acarretando a omissão de alguns acontecimentos ou o não fornecimento de maiores detalhes sobre outros que o religioso se limita apenas a citar. Desta forma, o relato hidaciano nos proporciona um panorama superficial e não contínuo sobre as alianças efetuadas entre os suevos e o Império. Quando nos detemos nas passagens que mencionam tal relação, o objetivo do autor parece estar centrado exclusivamente em frisar o descumprimento dos contratos ao invés de expor os motivos para a feitura destes ou a forma como teriam sido consumados.

A primeira alusão feita por Hidácio entre romanos e suevos ocorre no ano de 431 durante o reinado de Hermerico, quando o próprio bispo se coloca no relato para citar um cargo aceito por ele a fim de interceder pelos galegos:

> De novo, os suevos perturbam a paz consertada com os Galaicos, porque para tanto lhes fora proporcionada a ocasião azada. Devido às pilhagens destes, o bispo Idácio aceita a chefia duma embaixada junto do chefe Aécio que fazia uma campanha nas Gálias (*Crónica*, 1982: 21).

O papel de Hidácio neste episódio deve ser interpretado à luz de sua importância no meio social ao qual estava inserido. Francisco Javier Sanz Huesma afirma que "os bispos atuaram como representantes da população romana quando os funcionários civis e militares desapareceram em um fenômeno bem conhecido. Assim, pois, o posto de bispo o qualificaria para representar a comunidade" (Huesma, 2009: 62-63). Quanto aos motivos que teriam impulsionado a feitura da embaixada, somos informados acerca das pilhagens encabeçadas pelos suevos neste momento inicial de conquistas territoriais e que teriam provocado a insatisfação dos galegos diante das ações dos "invasores". Ainda sobre o fragmento acima, notamos que o religioso não especifica o segmento social atingido em 430, o que nos leva a interpretar uma certa insatisfação geral dos galegos com o decurso dos

acontecimentos. Parece-nos que Hidácio teve como clara intenção demonstrar que as atitudes expansionistas neste momento desagradaram toda a Galiza.

No parágrafo referente ao ano de 432 verificamos a continuidade do episódio citado. Hidácio limita-se a esclarecer seu retorno à Galiza acompanhado do conde Censório, agora embaixador do "País dos suevos" (*Crónica*, 1982: 21-22). Segundo nos informa Huesma (2009: 64-65), o bispo de Chaves tinha como objetivo encontrar-se com o general romano Aécio a fim de requerer a ajuda solicitada pelos galegos. No entanto a reunião demora a ocorrer, já que Aécio estava em luta contra os francos ripuários. A solução encontrada pelo militar romano foi fornecer a Hidácio a companhia de um de seus representantes, já que ele próprio não estava disposto a despender tempo com uma província que não apresentava uma situação catastrófica quando comparada com outras localidades que necessitavam de sua atuação pessoal (Huesma, 2009: 64-65).

Em seu retorno à Galiza, Hidácio nada nos informa acerca das ações desempenhadas por ele e Censório, mas acreditamos que estas não devem ter surtido efeitos tão prontamente, posto que o bispo não faz nenhuma menção a batalhas, acordos ou expulsão dos suevos do território no ano citado. Entretanto, a situação altera-se em 433: "Após o regresso de Censório ao palácio, Hermerico conserta a paz com os galaicos que regularmente depredava. Ocorre o fato à mercê da intervenção episcopal e após a entrega dos reféns a Hermerico" (*Crónica*, 1982: 22). Como notamos, o religioso não fornece maiores detalhes acerca das ações desempenhadas por ele para resolução deste impasse, noticiando que a situação enfim fora resolvida através de sua atuação e da entrega de reféns ao rei suevo, questão que trataremos posteriormente. O episódio marca ainda o retorno de Censório às suas funções anteriores. Para Casimiro Torres Rodriguez, Hermerico não rompeu relações com o Império nesta ocasião e nem havia intenção de fazê-lo, procurando conservar seu *foedus* ao manter uma postura mais diplomática no trato com as autoridades romanas e com as populações locais (Rodriguez, 1957: 144).

Na obra os anos de 438 e 439 mereceram maior atenção do bispo de Chaves. Tal fato é justificado pela entrega do poder a Réquila, filho de Hermerico, já que este encontrava-se há muito tempo enfermo falecendo em 441. Em meio a esta sucessão real a violência das ações suevas recebe destaque no texto. Hidácio se atém em descrever as pilhagens feitas pelo novo rei, que tão pronto está coroado volta-se ao apoderamento de riquezas que não lhe pertenciam. Recorrendo novamente às reflexões de Rodriguez (1957: 150), observamos que o autor afirma ser o reinado de Requiário uma época marcada por um rompimento na postura diplomática conservada pelos suevos. O período governado pelo então monarca se configuraria como o auge da expansão territorial, quando acordos serão desfeitos e haverá um maior enfrentamento contra as forças imperiais. Percebemos, portanto, a valorização do elemento militar neste caso que garantiria não só os territórios

visados, mas a aceitação da autoridade monárquica perante seus pares, como nos explica Renan Frighetto:

> A forma de escolha do *rex* entre as tribos germânicas foi magistralmente descrita por Tácito em sua *Germania* no século I d.C. Dentre os membros duma 'nobreza de sangue' elegia-se o 'rei do povo em armas' aquele que guiaria o povo numa campanha militar. Portanto, a eleição do rei entre os germanos estava diretamente associada a guerra, sendo ele um autêntico *primus inter pares* daquela nobreza de 'sangue' e das clientelas a ela vinculadas com a função específica de conduzi-las em ações de cunho militar (Frighetto, 2000: 50).

A preocupação inicial de Réquila como novo governante é continuar a obra do pai, que fora conhecido como um habilidoso líder guerreiro. Sendo uma extensão de Hermerico era necessário que demonstrasse as mesmas qualidades, engajando-se em campanhas bem-sucedidas e promovendo a extensão dos territórios reais. Todavia, ao dar seguimento a política iniciada pelo pai, sua postura mostra-se mais agressiva conferindo traços que denotariam ao seu governo outra personalidade.

Anteriormente mencionamos que a obra aqui analisada não se restringe apenas ao cenário galego abarcando a situação da Hispânia de forma geral, mesmo assim notamos que em um período de dez anos (que correspondem ao reinado de Réquila) cinco são as referências específicas citadas por Hidácio acerca dos ataques empreendidos pelo rei dos suevos nos territórios da Galiza (anos de 438, 439, 440, 441 e 446). Citaremos dois exemplos: "Após a tomada de Sevilha, o rei Réquila submeteu ao seu poder as províncias da Bética e da Cartaginense" (*Crónica*, 1982: 26) e "[...] os suevos entregam-se à vasta pilhagem e à subversão destas províncias" (*Crónica*, 1982: 28). Como podemos observar, as menções mostram-se escassas em seu detalhamento, mas destacamos, ainda neste contexto, a entrada destes em Mérida no ano de 439, simbolizando a primeira tentativa de fundação de uma sede régia: "Réquila, rei dos suevos, entra em Mérida e ocupa-a" (*Crónica*, 1982: 25). Neste ponto algumas semelhanças podem ser traçadas entre as estruturas imperiais e a organização dos reinos bárbaros:

> [...] o sistema organizativo dos reinos germânicos só representaria um ordenamento provincial romano, ampliado com o estamento guerreiro germânico e com seu rei. A incapacidade dos germanos para substituir as estruturas administrativas romanas é a primeira razão para sua sobrevivência. Mas não existia vontade de fazê-lo. Mas, ao contrário, os distintos reinos germânicos que se conformaram com o ocidente romano buscaram sua legitimação em uma emulação consciente de formas e usos que haviam sido do Império. A Monarquia sueva, que provavelmente não perdeu nunca seu caráter étnico e pessoal como *regnum suerorum,* tentou acomodar-se em fronteiras territoriais (Díaz, 1993: 214).

Através da *Crônica* notamos uma certa indiferença dos suevos com relação as ordens do Império durante o reinado de Requiário. Diversos acordos efetuados e descumpridos mostram que os invasores não se importavam com as alianças, rompendo fronteiras se assim considerassem benéfico para a configuração de seu nascente reino. Entretanto, para que um sistema de organização pudesse garantir uma ordem e assegurar sua prosperidade, algumas estruturas romanas foram adaptadas para a realidade sueva durante o processo de assentamento. Deste modo, um centro de poder é instalado na Galiza com os mesmos propósitos da capital do Império do Ocidente. Era necessário associar o governante a um local determinado de onde a autoridade monárquica seria disseminada, portanto Mérida é fundada como uma sede régia temporária (até 448) auxiliando os monarcas em seus compromissos administrativos, mas Braga representaria (século VI) a sede permanente, onde os reis se instalaram de forma definitiva, juntamente com o poder espiritual. O estabelecimento das fronteiras era importante, pois efetivaria a aceitação da Monarquia associada a um território e a fundação de uma sede contribuiria para a conclusão deste processo.

O reconhecimento do território parece ser uma questão implícita em alguns trechos da *Crônica*. Para Pablo C. Díaz (1993: 213) as menções que verificamos nos anos de 431, 432, 433 e 437 acerca das embaixadas indo e vindo pelo território galego ainda no reinado de Hermerico, talvez significassem um desejo dos suevos de verem sua situação de fato reconhecida pelo Império. Em certas passagens constatamos que os suevos recebem as embaixadas para as alianças, em outros eles próprios enviam seus homens para a negociação com os romanos. Porém, a partir de 440, tal reconhecimento imperial não parece ser mais uma questão decisiva para a consolidação do reino e será a partir deste momento que verificaremos o descumprimento das alianças firmadas com Roma. Até então Hidácio mencionava o fluxo de embaixadas circulando pelo território, mas no ano de 440 Réquila obriga o conde Censório, que novamente estava em terras galegas, a render-se: "O conde Censório, que tinha ido numa embaixada enviada aos suevos, no regresso, foi cercado em Mértola por Réquila. E, para escapar, rendeu-se, para fazer as pazes" (*Crónica*, 1982: 25). A atitude de Réquila configura-se, neste caso, como um claro rompimento com as forças romanas em prol de seus objetivos particulares.

Leila Rodrigues da Silva (2008: 31) esclarece que os grupos germânicos começaram a usufruir de certa independência com relação ao Império mesmo sem terem organizado efetivamente suas estruturas reais, ideia reforçada por Rodriguez (1957: 147) quando afirma que os grupos bárbaros vão, progressivamente, substituindo o arcaico *foedus* pela elaboração de um reino que em aparência ainda se mostrava vassalo de Roma, todavia independente nos âmbitos político e social. No caso dos suevos a postura militarista desenvolvida por Réquila estava direcionada a ampliação do território e dominação dos grupos locais. Desta forma, as negociações com Roma pareciam representar um atraso em seus objetivos.

Durante o reinado de Requiário (448-457), filho de Réquila, as ações políticas permanecem com as mesmas características, conforme evidenciamos na *Crônica*:

> Réquila, rei dos suevos, morre como pagão em Mérida no mês de Agosto. Logo após sucede-lhe no governo do reino seu filho Requiário – católico. Processa-se esta sucessão, sem dúvida, a despeito da oposição de alguns dos membros da sua família, ainda que seja latente. Todavia, logo que tomou nas mãos as rédeas do reino, investe sem demora contra as regiões ulteriores no intuito de fazer pilhagens (*Crónica*, 1982: 29).

No fragmento acima destaca-se o fato de Requiário converter-se ao catolicismo, denotando claramente uma aproximação do monarca recém empossado com as estruturas religiosas da Galiza buscando, possivelmente, a legitimidade do seu reino por estas vias (Rodriguez, 1957: 157). No entanto, o fator militar continua a ser imprescindível para a aceitação do novo governo vigente. Isso posto, a política agressiva contra o Império ainda se fazia necessária para a consolidação das fronteiras e da legitimação do próprio Requiário, que necessitava honrar a tradição familiar da qual era oriundo.

Durante o reinado de Requiário, Hidácio nos informa acerca da aliança estabelecida entre este e os visigodos. O rei dos suevos desposa a filha de Teodorico I (418-451) (*Crónica*, 1982: 29) simbolizando, claramente, um pacto entre os dois reinos mediante a ameaça huna[7]. Para se protegerem, Requiário desenvolve a ideia de unificação[8], procurando concentrar em suas mãos todos os recursos e forças militares da Hispânia a fim de organizar uma fronteira nos Pirineus. Tal estratégia parecia mais eficiente do que esperar as ações dos romanos frente ao novo inimigo. Este pacto de amizade e família representava a situação ideal para que o monarca suevo submetesse todo o território hispânico aos seus domínios, uma vez que com esta aliança o reino se desvincularia de seu apoio ao Império. Vejamos como Casimiro Torres Rodriguez expõe o pensamento de Teodorico I:

> O que mais poderia desejar Teodorico I que ter guardadas suas espadas? O que mais podia querer do que ser auxiliado com os recursos da

[7] Casimiro Torres Rodriguez (1957, 158-159) aponta que a ascensão de Requiário coincide com o período de maior poder dos hunos, haja vista que Átila (445-453) havia se tornado chefe absoluto de seu povo, pressionando o Império Ocidental.

[8] O estabelecimento de um pacto com os visigodos sob o pretexto de proteção diante da ameaça huna abarcava um projeto maior do monarca suevo em questão. Evidenciamos que Requiário almejava a unidade peninsular, para tanto alcançaria esta por duas vias distintas, mas complementares: primeiramente, fez-se católico denotando uma clara aproximação com o poder espiritual, o que proporcionaria ao mesmo o apoio das figuras religiosas da Galiza para a legitimação de seu reino. Em consonância, buscou na fragilidade visigoda a oportunidade necessária para a ampliação de seus domínios territoriais (Rodriguez, 1957: 157). Isso posto, verificamos que as circunstancias do período foram determinantes para que seus propósitos fossem colocados em prática.

> Hispânia? Parece que renunciou à sua futura expansão pela Península, mas diante do perigo de vida ou morte, que cercava sua cabeça, nada significava esta renúncia. Ao final, sua filha seria a rainha e seus netos os futuros reis da Hispânia. Se conseguisse vencer Átila, poderia ampliar a zona de expansão de seu povo pelas Gálias e pela Europa. E se fracassasse, na Hispânia poderia encontrar último refúgio ao lado de sua filha (Rodriguez, 1957: 164).

Reportando-nos especificamente as consequências de tal pacto no âmbito das relações entre suevos, visigodos e Império, verificamos que após uma série de ataques às cidades reservadas exclusivamente ao domínio romano (Cartaginense, Zaragoza e Lérida), a política expansionista de Requiário interrompe-se em 456. O avanço dos hunos contra o Ocidente motivou o restabelecimento do *foedus* romano-visigodo como nova medida de segurança. Após a morte de Teodorico I, seus filhos Turismundo (451-452) e Teodorico II (453-466) afastam-se, cada vez mais, do pacto empreendido pelo pai com os suevos. Em 456 a *Crônica* nos demonstra uma "virada" nos planos unificadores de Requiário.

O Império mantém sua postura e continua enviando embaixadas à Galiza até o presente ano, mas os visigodos (agora governados por Teodorico II) começam a se incomodar pelo descumprimento de tantos acordos dos quais eles também faziam parte e decidem intervir para ajudar as forças romanas que haviam se tornado suas aliadas novamente:

> O Augusto Avito envia ao país dos suevos o conde Frontão como embaixador. De igual modo, Teodorico, Rei dos Godos – na sua qualidade de fiel aliado do Império Romano – envia embaixadores aos mesmos suevos. E isto para preservarem e salvaguardarem as promessas do tratado de aliança jurado (entre romanos e suevos) - não só pelo que diz respeito a eles próprios, mas também no que toca ao Império Romano, já que estavam ligados entre si por um mesmo tratado de paz e aliança. Despediram os suevos aos embaixadores e infringiram toda a espécie de juramento de ambos (romanos e suevos). Entretanto, a horda sueva invade e ocupa a província da Tarraconense – que estava sujeita à autoridade e à jurisdição do Império Romano (*Crónica*, 1982: 35).

A resposta de Requiário diante das embaixadas foi o ataque à Tarraconense ainda em 456. Assim, Teodorico II decide invadir a Galiza neste mesmo ano, fato que levaria a centenas de cativos e mortes:

> No ano de 456 Teodorico II decide passar os Pirineus com o objetivo de castigar a audácia de Requiário. Parece ter seguido a via romana desde Tolosa, atravessando a Aquitânia, cruzando os Pirineus e passando por Pamplona, Briviesca, Sasomón, Sahagún e León, chegando a Astorga e prosseguindo até Braga (Rodriguez, 1957: 174).

Na sequência (ano de 457) Requiário é preso e conduzido ao monarca visigodo, o que obriga os demais suevos a entregarem-se:

> Requiário que se encontrava refugiado numa localidade denominada Portucale, é conduzido como prisioneiro ao rei Teodorico [...]. Os demais suevos que sobreviveram ao combate anterior entregam-se a Teodorico; todavia, um grande número deles é vítima de chacina. Em suma, é destruído e liquidado o reino suevo (*Crónica*, 1982: 36).

Requiário é assassinado no mês de dezembro de 457, como noticia Hidácio (*Crónica*, 1982: 37). Findava-se, neste momento, a monarquia hereditária iniciada por Hermerico.

A batalha empreendida pelos visigodos não seria suficiente para liquidar o reino por completo. Em 459 uma monarquia dual assume o poder na Galiza com os reis Maldraz e Frantano. Este último falece no mesmo ano entre a Páscoa e Pentecostes, segundo informa o bispo de Chaves (*Crónica*, 1982: 39). Nos próximos três anos (460 a 462) Maldraz dá continuidade às pilhagens devastando o território galego e ampliando os domínios do reino. Teodorico II, por sua vez, permanece em seu propósito de fazer com que os suevos cumpram os acordos efetuados com o Império e envia, novamente, exércitos para perseguirem as tropas de Maldraz que acaba sendo degolado em 462: "No fim do mês de fevereiro, o rei Maldraz é degolado[...]" (*Crónica*, 1982: 40).

Nos anos finais da nossa fonte, Hidácio ainda comenta o governo dos últimos dois reis suevos que teríamos notícias neste século: Frumário (462-465) e Remismundo (465-469). A intervenção visigoda a favor dos romanos permanece nos mesmos moldes. Embaixadas são enviadas novamente a fim de garantir o cumprimento dos acordos, fato que não ocorre, pois o bispo de Chaves novamente critica a postura dos suevos destacando sua desonestidade e a violência que ainda dominam suas ações pela conquista de territórios. Vejamos uma passagem referente ao governo de Frumário: "[...] os suevos – como sempre falazes e perjuros no que diz respeito às suas promessas e à sua palavra- arrasam, como é habitual, diversas regiões da infortunada Galiza" (*Crónica*, 1982: 43).

Em 469 observamos uma última notícia envolvendo o Império e os suevos e que elucida uma situação diferenciada, mas que não podemos avaliar mais detidamente devido a interrupção da *Crônica*. O rei "Remismundo envia Lusídio numa embaixada ao imperador romano, juntamente com seus homens suevos" (*Crónica*, 1982: 48). Cabe-nos questionar os motivos que teriam levado o monarca a recorrer ao Império depois de tantas alianças descumpridas. Pablo C. Díaz esclarece este interesse:

> Neste instante Remismundo se vê forçado a tomar ao que parece ser uma solução desesperada, envia uma embaixada ao imperador, encabeçada por Lusidio, um hispano-romano, na qual também participam representantes suevos. É provável que pretendesse uma mediação imperial para evitar sua própria ruína (Díaz, 1986-1987: 223).

A ruína temida por Remismundo é a pressão exercida pelos crescentes saques dos visigodos, que pareciam dispostos a cercar e liquidar o reino suevo. Tais ações mostram-se intensas principalmente no ano final da *Crônica*, quando o religioso noticia a invasão de Mérida e Astorga.

Durante toda a análise que aqui estamos desenvolvendo, notamos que o elemento militar é extremamente valorizado entre os suevos. Todo o percurso político que está levando a organização e consolidação do reino foi conduzido através da conquista de territórios, sendo os saques e pilhagens a garantia econômica necessária para a prosperidade da Monarquia. Tais características estão presentes em todos os governantes aqui abordados que mesmo não pertencendo ao clã de Hermerico, continuam o processo de expansão da mesma forma iniciada por ele em 409.

Os suevos e a sociedade galega

Quando nos referimos à sociedade galega do século V devemos considerar alguns grupos sociais distintos: aristocracia urbana e rural, citadinos, camponeses e as populações denominadas de indígenas que assim foram chamadas por estarem habitando a região antes mesmo da presença romana (Díaz, 1983: 83). Apesar da pluralidade social, ao longo de toda a *Crônica* as atitudes de tais grupos com relação aos suevos oscilavam entre situações anárquicas ou períodos de paz. A política desenvolvida pelos "invasores" no trato com essas distintas camadas sociais baseou-se na adoção de estratégias específicas condizentes com cada segmento e visavam interesses territoriais e de imposição de autoridade para que a Monarquia de fato fosse legitimada.

Começaremos nossa análise com os estratos mais ricos da Galiza, enfocando as questões concernentes a aristocracia rural e urbana. Sabemos da preferência dos suevos pelas áreas rurais para fixarem seus núcleos de assentamento por se tratarem de zonas contendo áreas povoadas de forma muito esparsa, facilitando o processo de conquista. No caso da aristocracia rural, estes teriam sido os mais afetados pelas invasões, uma vez que suas grandes propriedades foram reconfiguradas no momento da chegada dos "invasores". Contudo, Pablo C. Díaz (1983:78) destaca que muitas foram as negociações realizadas com este grupo, afinal para que os suevos se instalassem com sucesso era necessário respeitar a posição da elite, buscando uma aliança que pudesse auxiliá-los na organização de um reino nascente.

O mesmo ocorre nos núcleos urbanos. Apesar de não serem áreas prioritárias para o processo de assentamento, os nobres exerciam um grande poder sobre o restante da população, além de influência perante o Império Romano.

Em algumas passagens da *Crônica*, o bispo não explicita claramente a qual estrato social ele está fazendo referência no momento. Alguns dados utilizados nos permitem fazer uma distinção entre os nobres e o povo comum através de um método de conquista empregado pelos suevos quando não obtinham sucesso em suas negociações. Estamos nos referindo ao sequestro de pessoas ligadas às altas camadas sociais da Galiza. Para Benito Márquez Castro (2014: 89) estas capturas possuem um claro objetivo: a adesão à nova autoridade monárquica que tentava se impor. Esta estratégia abarcaria ainda a anexação dos territórios comandados por essas figuras, bem como a submissão da comunidade que estavam ligados a eles politicamente.

A cada incursão os suevos deparavam-se com a superioridade numérica dos galegos e sua hostilidade diante das pilhagens. Desta maneira, o sequestro de nobres e até mesmo religiosos (como será o caso do próprio Hidácio) configuravam-se como ações incisivas e de rápido efeito que subjugariam não só o cativo, mas toda a comunidade sob seu domínio, obrigando-os a prestarem obediência ao rei. Analisando as passagens que fazem referência a esses episódios, vemos que a intenção não era eliminar os prisioneiros, mas sim efetuar pactos de fidelidade visando a aceitação de que a Galiza estava sob a jurisdição de um novo organismo político, transformando as autoridades locais em meros súditos do monarca em questão. Dentre os exemplos desta prática na *Crônica*, citaremos primeiramente o sequestro do autor de nossa fonte: "Frumário, depois de ter capturado o bispo Hidácio na sua Igreja de Chaves, no dia 7 anterior às calendas de Agosto, com as tropas dos suevos que tinha em seu poder, põe a saque o mesmo distrito jurídico" (*Crónica*, 1982: 41).

Hidácio narra seu próprio cativeiro ocorrido no ano de 462, tendo este a extensão de três meses. Após a sua soltura, retorna prontamente às atividades em Chaves. Interessante atentarmos para o fato da representatividade do bispo na comunidade galega. Sendo uma influente figura religiosa na Galiza, (como mostramos anteriormente quando da sua nomeação para chefe de uma embaixada) Hidácio não é apenas sequestrado para que Frumário saqueie seu distrito jurídico. A principal intenção é estabelecer um pacto com o religioso objetivando que a comunidade reconheça pacificamente o poder do rei suevo, uma vez que a figura dominante da região já o teria aceitado:

> Destaca-se que o saque ocorreu depois de capturá-lo e não antes, como demonstra, a meu parecer, que é outro elemento da estratégia política seguida pelo rei e não uma mera medida de incursão. Por isso, devemos buscar outra possibilidade, e a mais provável é que Frumário pretendeu com a captura de Hidácio retirar o poder territorial que o bispo tinha

> sobre o *conuentus aquiflaviensis*, e que uma vez que a região e seus habitantes carecessem de sua autoridade, Frumário dedicaria-se a demonstrá-la mediante a força de um novo amo e da nova autoridade que agora deveriam respeitar (Castro, 2014: 86).

Em outra passagem do documento atestamos mais um caso desta prática, agora contra um aristocrata local: "Os suevos entraram à traição em Coimbra. Esbulham a família do nobre Cantabro. Conduzem como cativa a mãe, juntamente com os filhos" (*Crónica*, 1982: 44). Este episódio ocorrido em 465 durante o reinado de Remismundo é assim visto por Benito Márquez Castro:

> [...]Remismundo se veria obrigado a submeter as diversas populações, não como castigo, mas como mostra de seu poder e como meio para mostrar quem mandava e quem era o novo rei de todos os suevos, sobretudo com aquelas populações que poderiam ser vistas por ele como mais insubmissas e que seriam lugares suscetíveis de promover a revolta de outro rei. E esta é a razão que subjaz neste ataque e no aprisionamento da família de Cantabro. Utiliza sua família para que se mantenha fiel e submetido ao rei dos suevos e que não promova nenhum tipo de conspiração contra (Castro, 2014: 89)

O cativeiro dos nobres sequestrados tinha duração de poucos meses, estendendo-se por mais tempo se o aristocrata em questão se recusasse ao domínio dos invasores e não cedesse os territórios para serem anexados ao reino. Tal tática militar pareceu se estender de Hermerico a Remismundo, atingindo toda a política de expansão sueva do século V. Os monarcas viam na coação uma forma de mostrar que o novo poder estava acima até mesmo da nobreza local e que agora deveriam se conformar em ser súditos dos reis.

Estes sequestros refletiram nas relações estabelecidas entre os suevos e a população comum (camponeses e citadinos). Acostumados com a autoridade local desses nobres, os galegos dos baixos estratos sociais parecem ter entrado em conflito com os invasores inúmeras vezes, provocando diversas situações em que a desordem se fez presente neste período de assentamento e organização da Monarquia. Notamos que Hidácio narra os episódios de sequestro, mas não tarda a mencionar em parágrafos posteriores as desavenças entre os galegos e suevos. Contudo, não podemos afirmar que a revolta da população local tenha como motivo exclusivo o sequestro de pessoas ligadas a nobreza da Galiza, sendo esta apenas uma das hipóteses que explicariam o motivo de tais agressividades. No ano de 461 Hidácio deixa claro a insatisfação do povo diante de um episódio violento envolvendo a morte de pessoas de origem nobre: "Após o massacre de numerosas pessoas de nobre linhagem entre suevos e galaicos desencadeia-se uma perniciosa hostilidade" (*Crónica*, 1982: 40).

O episódio de assassinato relatado acima é um caso isolado em nossa fonte, mas que nos leva a refletir sobre a insatisfação dos galegos com as atitudes violentas suscitadas pelas ações suevas. Se estas mortes em massa despertaram tais agressões, nos episódios em que o sequestro ocorria semelhante atitude também poderia ser desencadeada, haja vista que novos assassinatos poderiam acontecer. Embora o bispo mencione por diversas vezes episódios com cativos, ele não informa como todos eles se findaram. Temos em mente que alguns foram libertados, outros, contudo, podem ter tido um final similar ao fragmento acima citado.

Uma outra hipótese que poderia esclarecer os motivos que impulsionavam as frequentes hostilidades entre os "invasores" e os grupos populacionais locais, está atrelada as intervenções militares baseadas nos saques e depredações. Conforme avançavam pelo território, os suevos atacavam para, posteriormente, selar a paz entre os dominados. Como eram hábeis guerreiros conseguiam se sobressair ao contingente populacional da Galiza que era superior ao número de invasores. Acreditamos que o objetivo do sequestro ao qual mencionamos acima também tenha sido aplicado de forma parecida neste caso. Uma vez que a dominação tenha sido consolidada após intenso combate, os suevos conseguem facilmente selar a paz com os galegos que não tem outra alternativa a não ser concordarem com a nova situação imposta. Vejamos um trecho referente ao ano de 464 no qual Hidácio narra uma situação hostil entre essas partes:

> [...] os suevos – como sempre falazes e perjuros no que diz respeito às suas promessas e à sua palavra – arrasam, como é habitual, diversas regiões da infortunada Galiza. [...] Entre galaicos e suevos instala-se uma situação anárquica (*Crónica*, 1982: 43)

Assim, sem poderem contar com o apoio do Império ou com os nobres aprisionados, a situação facilmente se voltava a favor dos suevos. Especificamente no âmbito urbano, verificamos algumas menções a pilhagens em anos diferentes, mas que demonstram certa regularidade na feitura desta prática. Dentre as citações fornecidas pela fonte, indicamos o período de 457 a 469 no qual atestamos invasões a Lisboa (457 e 469), Lugo (460) e Coimbra (465 e 468). Diante do exposto, tais rivalidades entre citadinos e suevos podem ser explicadas neste contexto de maior assiduidade dos ataques, uma vez que a Monarquia vislumbra nesta prática a salvação de seu já decadente reino (*Crónica*, 1982: 36).

Em 465 Hidácio anuncia a situação de paz instaurada por obra de Remismundo: "Depois da morte de Frumário, Remismundo submete todos os suevos à sua autoridade real e conserta a paz desaparecida" (*Crónica*, 1982: 44). Nota-se que o religioso já não faz mais distinção entre suevos e galegos neste fragmento dando a entender que todos já fazem parte do reino suevo sendo súditos

de Remismundo. O mesmo não ocorre com as populações indígenas que aparecem ao final da fonte.

Na *Crônica* dois são os povos indígenas aos quais Hidácio faz referência. Trata-se dos auregenses e dos aunonenses. Os primeiros, que aparecem uma única vez no escrito, têm sua localização especificada pelo bispo na seguinte passagem: "Requimundo[9] arrasa os povos auregenses de Orense e devasta os lugares da beira-mar do convento jurídico de Lugo" (*Crónica*, 1982: 41). Com relação aos aunonenses, o bispo de Chaves não faz menção a qualquer localização que poderia estar relacionada com este povo, preocupando-se em frisar os combates realizados entre estes e os suevos.

As hostilidades envolvendo os aunonenses e suevos tem início em 466, conforme anuncia Hidácio: "Os suevos desencadeiam uma operação de crueldade contra o povo dos aunonianos" (*Crónica*, 1982: 45) e irão se estender até o ano final da *Crônica*. Para Pablo C. Díaz (1983: 85) estes três anos de combate nos mostram que os aunonenses possuíam uma organização política e militar desenvolvida que permitiram a continuidade da luta. A paz selada em 469 é assim narrada por Hidácio: "Os aunonenses fazem a paz com o rei dos suevos [...]" (*Crónica*, 1982: 48). Com esta breve menção, poderíamos concluir que o acordo selado entre as partes não teria sido uma situação vexatória para os indígenas em questão. Pelos termos utilizados verificamos que tal situação se finda de forma pacífica, sem descrição de grandes massacres ou saques sofridos pelos aunonenses.

Considerações finais

Neste artigo procuramos traçar um breve percurso das atividades exercidas nos âmbitos político e social pela Monarquia sueva ao longo do seu processo de assentamento no século V. Para tanto, nos baseamos no testemunho de Hidácio, bispo de Chaves, que através de sua *Crônica* nos forneceu um panorama da situação da Península Ibérica nos anos finais do Império do Ocidente.

Apesar de algumas informações na fonte serem retratadas de maneira superficial gerando várias possibilidades de entendimento sobre um mesmo assunto, fomos capazes de traçar algumas considerações concernentes às ações desenvolvidas pelos suevos com relação a Roma e as populações locais da Galiza. Nos fragmentos aos quais nos debruçamos uma característica é latente: o elemento militar como essencial para a organização do reino e fundação de uma monarquia coesa e forte no novo território. Desde o momento da expansão com Hermerico até o término da

[9] Acerca de Requimundo a fonte nos informa que o mesmo disputa o poder com Frumário, todavia as menções a esta figura aparecem apenas no ano de 462, o que nos impede de averiguar como tal disputa se encerra. Após a morte de Frumário em 465, Remismundo assume o poder e assim permanece até o ano final da *Crônica*.

Crônica com Remismundo o perfil militar dos governantes suevos nos pareceu elemento obrigatório para a condução do reino no tocante a conquista de territórios, reconhecimento entre seus pares e a legitimação perante a sociedade galega. Embora tenhamos certeza da hereditariedade na fase inicial da monarquia com os três primeiros reis, o militarismo se transformou em uma qualidade de suma importância entre os suevos que viam em seus líderes a coragem e estratégias necessárias para a consolidação de seus propósitos. Desta forma, notamos ao longo de toda a *Crônica* uma certa continuidade nas ações políticas para a condução dos propósitos da Monarquia.

Em inúmeros parágrafos o bispo de Chaves queixa-se das frequentes intervenções baseadas em saques, devastações, sequestros e assassinatos. Os reis que estiveram à frente da Monarquia durante o século V não hesitaram em permanecer com uma postura audaciosa através de suas estratégias militares, chegando a selar acordos e descumprir os mesmos com frequência visando sempre seus objetivos políticos e territoriais, impondo seu poder e expandindo os limites do reino. Devemos ter em mente, porém, que a fonte aqui utilizada é fruto do imaginário de um membro pertencente a uma instituição religiosa, sendo defensor desta e da tradição imperial, portanto deixamos claro que as considerações aqui desenvolvidas se basearam, sobretudo, na percepção do bispo de Chaves a respeito de como o mesmo entendeu e narrou o período. Assim, nossas conclusões estão assentadas em uma perspectiva unilateral, já que não dispomos de fontes suevas para traçarmos comparações e paralelos com o documento aqui utilizado. Diante do exposto, concluímos que este período de assentamento e organização foi crucial para que a Monarquia sueva atingisse seu auge durante o século VI.

Referências

Fontes

Idácio (1982). *Crónica.* Versão e anotações de José Cardoso. Braga: Universidade do Minho.

Bibliografia

Castro, B. M. (2014). Rehenes y cautivos como garantia de adhesión de los poderes locales hispanos a la autoridade sueva em la Crónica de Hidácio. *Brathair*, 14(1), 82-100.

Díaz, P. C. (1983). Los distintos grupos sociales del Noroeste hispano y la invasión de los suevos. *Studia Historica*, 01, 75-87.

Díaz, P. C. (1983). El alcance de la ocupación sueva de Gallaecia y el problema de la germanización. Galicia: da Romanidade á Xemarnización. Problemas históricos e culturais. In: *Actas do encontro científico em homenaxe a F. Bouza Brey* (1901-1973) (pp. 209-226). Santiago.

Díaz, P. C. (1986-1987). A monarquia sueva no século V. Aspectos políticos e prosopográficos. *Studia Histórica. Historia Antigua*, 4-5, 205-226.

Díaz, P. C. (2011). *El reino suevo (411-585).* Madrid: Ediciones Akal.

Díaz, P. C. (2014). ¿Dónde vivieron los suevos? Ocupación del espacio y control del território durante el siglo V. In: Pérez Losada, F. E. (org.). *Hidacio da Limia e su tempo: La Gallaecia sueva* (pp. 81-93). Xinzo de Limia: Ourense.

Frighetto, R. (2000). *Cultura e poder na Antiguidade Tardia Ocidental.* Curitiba: Editora Juruá.

Reinhart, W. (1952). *Historia General del Reino Hispânico de los Suevos.* Madrid: Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva del Hombre.

Sanz Huesma, F. J. (2009). Hidacio y Censorio: el foedus de 438 entre Roma y los suevos. *Polis. Revista de ideas y formas políticas de la Antiguedad Clasica*, 21, 59-75.

Silva, L. R. (2008). *Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI.* O modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.

Torres Rodriguez, C. (1957). Reckiario, rey de los suevos. Primero ensayo de unidad peninsular. *Boletin de la Universidad Compostelana*, 129-177.

Torres Rodriguez, C. (1977). *Galícia Sueva.* La Coruña: Fundación "Pedro Barrie de La Maza Conde Fenosa". Instituto "P. Sarmiento" de Estúdios Gallegos.

Recebido: 11 de maio de 2018
Aprovado: 25 de junho de 2018